

# Afonso Carlos Marques dos Santos

## Um homem do seu tempo.

### Por ele mesmo...

#### Ismênia de Lima Martins

*Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP) e Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF)*

Escrever sobre Afonso Carlos Marques dos Santos pareceu-me, desde o início, um grande desafio. Não se tratava de produzir uma peça historiográfica, mas de lembrá-lo ou apresentá-lo, com sua rica trajetória, em todas as suas dimensões, às gerações mais novas, no presente número da revista *Cidade Nova*, publicação do Arquivo Geral da Cidade, que traz os trabalhos premiados no primeiro concurso de monografias que leva o seu nome.

<sup>1</sup> Registro e agradeço o empenho do bibliotecário José Tavares da Silva Filho, Coordenador Técnico da Biblioteca Pedro Calmon, do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, que comporta, entre outras, a Coleção Afonso Carlos Marques dos Santos, na localização do material, e de Alcione Fernandes Baptista, sua primeira orientanda no tratamento das informações.

Poderia utilizar depoimentos de colegas, ex-alunos, orientandos, mas o exame de seu *curriculum vitae* despertou-me o interesse pelo memorial que apresentou por ocasião do concurso público para Professor Titular de Teoria e Metodologia da História do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em março de 1997.

Localizá-lo constituiu-se em árdua tarefa: não foi encontrado no arquivo do IFCS; alguns membros da banca, consultados, não conseguiram disponibilizá-lo; e seus colegas mais próximos não possuíam cópia daquele material. Recorri ao Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, que abriga atualmente a biblioteca e o acervo acadêmico de Afonso Carlos Marques dos Santos. Ultrapassadas várias dificuldades decorrentes da execução de obras naquelas instalações, além do estágio do tratamento da coleção que ainda não possibilitou o acesso ao acervo documental, finalmente o memorial foi localizado.<sup>1</sup>

A leitura do texto justificou o esforço empreendido. Normalmente o memorial constitui-se numa peça integrante da documentação apresentada em concursos de diferentes níveis. O que se exige, fundamentalmente, é que se registre

a trajetória profissional do candidato e a sua qualificação para o posto pretendido. Em alguns casos os relatos são permeados por incursões, mais ou menos ligeiras, à vida privada, sobretudo no sentido de justificar opções, lacunas etc.

No caso de um historiador, a produção de documento deste tipo é particularmente interessante, pois revela o grau de consciência do autor como sujeito da sua história e homem do seu tempo.

Afonso Carlos Marques dos Santos fê-lo de modo magistral! Tinha a medida certa do peso de seus

<sup>2</sup> Memorial p. 8

<sup>3</sup> Idem p. 9.

dados biográficos na sua história. Compreendia que o memorial remetia à idéia de lugar, não apenas do espaço físico, mas aquele a partir do qual se definiam as relações do indivíduo com a sociedade, onde a memória pessoal e a coletiva se confundiam. Deixou claro que “a opção pela História, portanto, ficaria sempre associada à necessidade de conhecer a sua própria história, a história da sua gente e a sua inserção numa cultura universal (...)”.<sup>2</sup>

Apesar de considerar ultrapassadas as críticas à subjetividade no trabalho historiográfico e destacar a proposta de Pierre Nora estimulando os historiadores a exercitarem a avaliação da sua própria história, considerou que as anotações iniciais, pessoais evidentemente, poderiam escandalizar setores tradicionais da profissão. Talvez por isso, “mesmo ressaltando que a ego-história parece já não ser considerada crime nos nossos dias”,<sup>3</sup> redigiu na terceira pessoa, de forma inusitada, o seu Memorial. Era como se o historiador necessitasse se afastar dele próprio para melhor resgatar “o elo entre o percurso no ofício e a história que ele construiu”.

## **CRESCENDO COM A HISTÓRIA**

Afonso nasceu em 3 de março de 1950, no Méier, na cidade do Rio de Janeiro. A escolha do ofício de historiador e suas concepções de mundo não podem ser compreendidas fora da influência familiar, das lembranças remotas da infância, memória dos avós maternos que lhe transmitiram uma dimensão afetiva pelas coisas brasileiras e cariocas, uma relação com a história, com todos os tempos do Rio de Janeiro e do Brasil.

Esta inclinação ao passado e à tradição levou-o, ainda na adolescência, à pesquisa documental e a freqüentar instituições distantes da sua faixa etária e do bairro onde vivia, como, por exemplo, a Academia Brasileira de Letras, para ouvir conferências de Alceu Amoroso Lima e o “arcaísmo simpático”

que atribuía a Pedro Calmon, o qual discursava sobre um Brasil que começara há muito tempo!

Muitos anos antes de iniciar o curso de História, o futuro dirigente do Arquivo Geral da Cidade freqüentava a Seção Judiciária do Arquivo Nacional, fazendo a leitura dos velhos inventários e testamentos, dos arquivos paroquiais e daqueles recolhidos na Cúria, assim como os registros do Arquivo Municipal, que então funcionava em São Cristóvão, como uma seção da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara, onde viria a trabalhar como paleógrafo na década seguinte.

O exercício precoce de tal tarefa era marcado por instâncias afetivas associadas às narrativas dos avós sobre os bairros do Rio, às amizades familiares em suas origens étnicas plurais, uma espécie de convivência que chamava de “democracia suburbana”.<sup>4</sup>

Aos quinze anos, concluindo o ginásio, aproximou-se do Colégio Brasileiro de Genealogia, que acabara de preparar o fichamento das fontes paroquiais do Rio de Janeiro, organizando a genealogia dos antigos cariocas, para as comemorações do quarto centenário da cidade. Na consulta à documentação, ia remontando os laços, cada vez mais recuados, da linhagem materna, procurando encontrar sobrenomes da nobiliarquia fluminense, recuperando “um passado rural de certa importância vivido no “Sertão Carioca” e cujas raízes remontavam aos primeiros povoadores da cidade do Rio de Janeiro”.<sup>5</sup>

4 Idem p. 5.

5 Idem p. 4.

6 Idem p. 8

Desde a mais tenra infância mantinha uma ligação visceral com a cidade, onde nenhum bairro deixava de estar referido na memória por recordações pessoais e familiares. Quando viajava de ônibus, era alcançado por lembranças e procurava reconhecer os cenários das narrativas ouvidas, esforçando-se para “identificar a idade dos prédios, as características dos bairros, o desenho dos morros, buscando na geografia e na arquitetura da cidade respostas que os livros encontrados nos sebos ainda não conseguiam dar”.<sup>6</sup>

Muito cedo, por si próprio, o menino do Méier, vizinho do crítico literário Agripino Grieco, chegou ao estudo de francês na *Maison de France*. Observe-se que, anos depois, já universitário, foi na biblioteca desta instituição que teve acesso a obras de Eric Hobsbawn, George Léfèvre e Albert Soboul, e às contínuas novidades da historiografia francesa.

O fato é que bem antes de chegar ao IFCS e mesmo durante o curso, sua inquietação o levou a frequentar, além dos arquivos e bibliotecas, várias instituições da cidade do Rio de Janeiro, como os museus de Arte Moderna, Belas Artes e Imagem e Som.

Descobriu Nise da Silveira com suas experiências que desmontavam as fronteiras entre o normal e o patológico, entre ciência e arte. Com dra. Nise, chegou perto de Jung, dos estudos sobre mitologias e de Michel Foucault, bem antes do intelectual francês influenciar o pensamento universitário no país.

Enriquecia o seu cotidiano em diversos meios intelectuais. Frequentou livrarias e livreiros, exposições de artes plásticas, teatro de protesto, enquanto cursava o clássico no Instituto Lafayette, no final da década de 1960. Sua curiosidade buscava todas as formas de aprimoramento cultural. Frequentava sebos e feiras de livros, lia jornais e, até na televisão, procurava selecionar programas existentes na época, que o levassem ao debate da literatura e da cultura brasileira.

Adolescente, vivenciou o que considerava os dois marcos decisivos para a sua geração: o golpe de 1964, quando viu, pela primeira vez e para nunca mais esquecer, o pai chorar ao ouvir as notícias da queda e da partida do presidente João Goulart para o exílio. E, em 1968, quando, aos dezoito anos, em suas idas ao estudo do idioma na *Maison de France*, teve contato com os desdobramentos da morte do estudante Edson Luís, no Bandeirão do Calabouço.

Se a memória da estirpe materna o conduzia ao “Sertão Carioca” dos primórdios coloniais, com a linhagem paterna ele encontrou a política em casa. São outras as referências e concepções de mundo do avô, imigrante português, ferroviário comunista, ligado a Otávio Brandão, que se casara com a filha de um anarquista anticlerical. Este antepassado gostava de falar da geografia de outros povos, que encontrariam um futuro internacional e socialista no fim do caminho.

Desde o curso ginásial no Colégio Metropolitano do Méier, começou a ler André Gide e Jean-Paul Sartre, que iriam transformar sua visão de mundo, afastando-o de qualquer tipo de religiosidade e misticismo. E o avô materno procurava introduzi-lo em obras de Jorge Amado, então proibidas, como *O cavaleiro da esperança* e *O mundo da paz*, além de reforçar as críticas à Igreja e sua história.

No curso clássico do Instituto Lafayette, atravessou anos decisivos do ponto de vista existencial e cultural, onde as obrigações com o ensino regular perdiam espaço para a militância estudantil. Venceu as eleições do grêmio e saiu da sala de aula para se dedicar às atividades extracurriculares e políticas. Participava de diferentes manifestações de protesto, passeatas a até da greve dos artistas contra a censura.

Participou de um grupo de poetas, na Tijuca, Os Adversos, que promoviam reuniões para a leitura de seus poemas, mais uma forma de resistência à repressão da época. Kuri, Kátia Bento, Luís Alfredo Mileco, Ivan Wrigg Moraes, Barroso, Roterdã Salomão, Edna Maria dos Santos, Aldir Blanc, entre outros, eram os companheiros de militância poética.

Na década de 1960 crescia a procura pelo vestibular das ciências sociais, e Afonso, mesmo demonstrando inclinação e interesse por literatura, filosofia e teatro, optou pelo curso de História.

Ainda que valorizasse a influência de professores do curso sobre Platão, preparatório para o vestibular na área de Humanidades, a opção principal por História para sua formação universitária era previsível, do ponto de vista existencial.

## **A FORMAÇÃO DO HISTORIADOR**

Passou no vestibular e, aos vinte anos, começou a cumprir as etapas da formação universitária e sistematização do conhecimento no IFCS de 1970, primeira turma a iniciar o curso no antigo prédio da Escola Politécnica, no Largo de São Francisco.

Essa turma encontraria um vazio nas salas de aula e corredores, porque, em março de 1969, a ditadura excluiria um sem-número de professores das universidades brasileiras. E o IFCS foi duramente atingido, com o afastamento de seus principais nomes. Os alunos se sentiam privados do convívio pessoal e intelectual com importantes mestres. Assaltados por um profundo sentimento de perda, de que algo significativo fora roubado de suas existências, procuravam compensar a situação com redobradas leituras, uma espécie de formação paralela.

Participou intensamente de um grupo que resistiu aos quatro anos de graduação, constituído por Lana Lage da Gama Lima, Francisco Medeiros Soeiros, Carlos Augusto Addor e Leila Menezes Duarte.

Em janeiro de 1972, aluno do IFCS, foi preso durante sete dias, passando a se submeter ao controle periódico dos órgãos de repressão. Não chegou a ser indiciado e conseguiu as certidões negativas, mas o episódio teria futuros desdobramentos.

Dando continuidade à sua construção intelectual e formação profissional, dirigiu-se à USP e, em fevereiro de 1974, foi aceito para integrar a primeira leva de orientandos de Fernando Antônio Novais, cujo campo de estudo se tornaria ponto de partida para Afonso definir as suas escolhas na área da pesquisa histórica. Referindo-se a seus colegas afirmou: “compreender o Brasil e os seus impasses, mergulhando no passado, constituía-se na maior ambição daqueles jovens que, logo após a formatura, buscariam nos cursos de mestrado a via de aperfeiçoamento e a possibilidade para construir um campo próprio de pesquisa”.<sup>7</sup>

7 Idem p. 11

Os anos de estudo na USP foram de imenso aprendizado. Não se tratava de um conjunto de tarefas de obrigação formal, mas uma oportunidade para as revisões conceituais e dos modelos clássicos da historiografia brasileira. Sentia fascínio pela USP, considerando o clima inteligente, a vida acadêmica crítica e corajosa, o convívio com trabalhos sugestivos, quando os estudantes conseguiam promover debates com vários intelectuais cassados pela ditadura e, também, porque era o lugar onde se podia estudar com autores da melhor bibliografia corrente sobre o Brasil.

A instigante convivência naquela universidade não o impedia de se sentir em desvantagem nos primeiros tempos do curso de pós-graduação, onde era o único carioca e não graduado em São Paulo. Entre seus colegas e contemporâneos vários se destacariam no mundo acadêmico, como Maria Stella Bresciane, Ítalo Tronca, Raquel Glezer, Kátia Abud, Maria José Elias, Alcir Lenharo, Edgar de Decca e Carlos Alberto Vezentini.

Entretanto, aos poucos, foi percebendo que possuía um outro tipo de conhecimento adquirido no Rio de Janeiro em sebos e livrarias, assim como a intimidade com os instrumentos de pesquisa e com os acervos de instituições como o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional e o Arquivo Municipal, que descobriu por conta de sua devoção pela história do Rio de Janeiro.

Valorizado pelo orientador, reconhecido pelos colegas, passou a integrar uma rede de interlocução com historiadores e especialistas de outras áreas afins, com os quais estabeleceu amizades sólidas e relações intelectuais

definitivas que contribuíram para o seu aprimoramento teórico e prestígio acadêmico.

O projeto de pesquisa do mestrado tratava da “Conjuração do Rio de Janeiro” ou “Inconfidência Carioca”, estudando a Devassa de 1794 e a prisão dos membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, acusados de difundir os princípios das “idéias francesas” identificadas com a Revolução de 1789 e em atitudes anticlericais.

Em 1979, o texto foi transformado em projeto de doutoramento, dando à pesquisa maior abrangência, tanto do ponto de vista temático como documental, amplitude que levaria a pensar o sistema em crise e o sentido da repressão às idéias no império colonial português.

É nesse contexto que, com recursos pessoais e familiares, viaja a Portugal em 1981. Trabalhou intensamente nos arquivos do país, principalmente na rica documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional de Lisboa.

A pesquisa em Portugal confirmou uma de suas hipóteses centrais, isto é, que o fracasso das inconfidências não se devia apenas à repressão metropolitana, mas a um processo articulado de cooptação de quadros, na elite colonial, para o projeto do Império luso-brasileiro, arquitetado no interior da alta burocracia portuguesa. A tese foi defendida em maio de 1983.

## **ENSINANDO HISTÓRIA**

A trajetória de Afonso em relação ao ensino superior teve início na década de 1970. Em 1975, passou a integrar a equipe da disciplina “História do Mundo Contemporâneo” da PUC, onde permaneceu cerca de nove anos.

No Departamento de Artes participou da investigação que resultaria na exposição e no livro *Uma cidade em questão I: Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro*, publicado em 1979 e que daria início às atividades do Solar Grandjean de Montigny.

Naquela universidade teve oportunidade de desenvolver, além das disciplinas obrigatórias para os alunos de sociologia, cursos eletivos monográficos. Nas disciplinas de História do Brasil para futuros cientistas sociais, promovia a reflexão acerca de alguns temas básicos para a compreensão do país: a análise do sistema escravista, a sua incorporação ao sistema econômico

mundial, as contradições entre escravismo e os princípios liberais, entre o pensamento social e as concepções em torno da noção de trabalho e de direitos sociais, imprimindo aos estudos uma perspectiva mais sociológica.

Como gostava de dizer, dividia-se entre a Gávea e Niterói. Sempre se queixou de não ter obtido o atestado ideológico em 1976, quando foi impedido de permanecer no magistério público superior na UFF. Queixava-se de que aquele ano foi o mais duro de sua juventude, não apenas pela sobrecarga do trabalho e desgaste físico, mas também pelas pressões morais e psicológicas sofridas.

Assinalando que os “professores colaboradores” passaram a integrar o quadro permanente das Universidades Federais, protestava contra a falta de apoio institucional para a realização do doutorado. Mesmo assim elaborou a redação final da tese, ainda que nas piores condições de trabalho possíveis, uma vez que era obrigado a se dividir, como outros colegas da época, em várias instituições de ensino, para obter meios minimamente dignos de sobrevivência.

Apesar das queixas, a primeira passagem pela UFF não deixou de ser marcante do ponto de vista acadêmico, a exemplo do curso de História Social das Idéias, em que trabalhou com a questão do Iluminismo no Brasil no século XVIII em articulação com a crise do Antigo Sistema Colonial e suas manifestações no plano das mentalidades. Extremamente inovador também foi ter trazido para a sala de aula da UFF a famosa “transição feudal-capitalista”, tema em voga na época. Além disso, teve alunos que passaram a enriquecer sua vida pessoal e intelectual e que logo se destacariam como professores e pesquisadores, como André Luis Vieira de Campos, Manuel Salgado, Mônica Pimenta Veloso, Leila Capella e Sandra Horta, entre outros.

Em 1982 retornou à UFF na condição de professor “visitante” e, apesar de seguidos obstáculos, foi aprovado em primeiro lugar no concurso público, em 1984, passando a integrar o quadro permanente daquela Universidade, onde permaneceu até o segundo semestre de 1986.

No primeiro semestre de 1987 retornou à sua casa de origem, a UFRJ, como docente, integrando-se à área de Metodologia da História. Dedicou-se, sobretudo, através de sua atuação na disciplina Teoria e Investigação Histórica, a elaborar um diagnóstico sobre os limites e dificuldades na formação dos alunos de história, propondo modificações nos conteúdos das disciplinas, assim como na grade curricular. Desempenhou papel relevante no desenvol-



vimento do programa de pós-graduação de História do IFCS, particularmente na implantação do doutorado.

Em 1991 ingressou como professor-adjunto, através de concurso público, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, para a cadeira de Historiografia. Apesar disso, atuou em todas as disciplinas do setor de Teoria e Metodologia da História, do qual também foi coordenador. Sua experiência como administrador de cultura colocou-se a serviço da universidade, quando atendendo a convite do Reitor Antonio Celso Alves Pereira dirigiu o Departamento Cultural da UERJ, redefinindo o papel do departamento na vida universitária e aproximando-o das unidades acadêmicas. Coordenou a implantação do Centro Cultural e promoveu várias atividades nos campos da dança, artes plásticas, música e artes cênicas. Organizou o projeto “Rio Ciência e Cultura”, com o objetivo de proceder ao levantamento sistematizado da produção da universidade sobre o Rio de Janeiro, cidade e Estado, nos mais diversos ramos do conhecimento.

### DEBATENDO A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

O magistério superior representou o cenário ideal para o desenvolvimento de seu gosto pela polêmica, destacando seu brilhantismo como conferencista e agilidade como debatedor.

No final da década de 1970 adquirira centralidade a polêmica provocada por Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender com o conceito de modo de produção escravista colonial, que contestava Fernando Novais e suas teorizações sobre a crise do Antigo Sistema Colonial.

Era compreensível que Afonso fosse identificado como porta-voz de seu orientador no mundo acadêmico carioca. Ele concordava com a idéia de que Novais representava um marco teórico nos estudos sobre a colônia e via nessa produção um ponto de partida para definir suas escolhas no campo da pesquisa histórica.

Em relação à polêmica que envolvia o conceito de modo de produção escravista colonial, apontava um grave equívoco epistemológico à luz do pensamento marxista, inaplicável a uma dimensão territorializada da História e, por outro lado, uma reiteração do dualismo cepalino sob novos rótulos.

Leitor de György Lukács e Rosa Luxemburgo e simpatizante do internacionalismo de Leon Trotski, Afonso discordava de uma historiografia que distorcia

o sentido dos conceitos marxistas, afastando-se da percepção da totalidade para afirmar a particularidade da “experiência nacional”, algo que considera mal resolvido do ponto de vista epistemológico. No caso do modo de produção escravista colonial, percebia uma tentativa de reduzir o conceito a uma dimensão territorial de caráter nacional.

Na pós-graduação da USP apresentara trabalho contendo uma avaliação crítica do conceito de nação na historiografia brasileira. A tese de doutoramento, *Ideologia e poder no rascunho da nação. Rio de Janeiro: anos 1790*, consolidou o campo em que se moveria na pesquisa histórica e o recorte de um conjunto de questões teóricas e metodológicas que desenvolveria posteriormente. Na crítica às formulações de Ciro e Gorender, identificou um problema que criticava nos seus cursos e trabalhos: a força da idéia de nação como recorte para a análise histórica.

Assim é que, em seu exercício profissional, a teoria e o método passaram a ocupar um lugar cada vez maior. A questão nacional, pano de fundo de seu projeto de doutoramento, foi recebendo atenção especial nas suas investigações, deixando de ser um item puramente temático e circunscrito à história brasileira, para constituir-se numa preocupação de ordem epistemológica.

Preocupava-se com o fato de historiadores e cientistas sociais empregarem usualmente a categoria “nação” como um dado que precederia a qualquer avaliação, que parecia advir do mundo da natureza e não da construção humana. E foi buscar na história européia a gênese do sentido moderno da palavra nação, bem como a sua utilização pelos historiadores nacionais do século XIX.

Percebia que uma dimensão histórica produzida a partir da Revolução Francesa, a idéia política de nação, acabara sendo transplantada para um tempo passado, o que acabava legitimando a formação da nacionalidade no passado colonial, isto é, como infância da nacionalidade.

Das preocupações com o século XVIII luso-brasileiro, avançou para a discussão do problema da idéia de nação no século XVIII europeu, principalmente no caso francês, e dirigiu-se para a historiografia francesa do século XIX, a historiografia romântico-liberal, dando especial destaque à obra de Jules Michelet. Para ele, é nessa conjuntura que se dá a construção de um campo epistemológico, para a história, demarcado pelo recorte nacional. Diferentemente dos iluministas, os românticos conduziram o olhar para o específico, o particular e o individual, transferindo estes atributos para o

novo objeto da história, a entidade “nação” percebida como uma personalidade viva.

Passou a investigar o problema nacional em duas dimensões. Delineou uma linha de estudos, de caráter epistemológico, na qual o objetivo central era a própria construção do paradigma nacional nos estudos históricos do século XIX e deu prosseguimento às pesquisas referentes à construção da idéia de nação no discurso político dos letrados luso-brasileiro, da vinda da Corte portuguesa para o Brasil até a outorga da Constituição Imperial de 1824, e a identificar as concepções de Estado e organização social da “geração da independência”.

Ao lado das questões teóricas e de história das idéias, foi se identificando com um campo de estudos que tem sido ampliado e que pode ser chamado de história cultural, compreendendo o estudo da cultura no sentido antropológico e abrangendo também concepções de mundo e mentalidades coletivas. Desta maneira, várias relações e confrontações vão sendo estabelecidas em seus estudos entre história e memória e entre história e imaginário, no sentido de compreender as construções da história a partir do campo simbólico.

## **FORMANDO HISTORIADORES**

Desde 1983 desenvolveu as atividades de orientação de dissertações de mestrado e teses de doutorado nas diferentes universidades em que atuou. Nas lições de prática docente que recolheu na USP, aprendeu a oferecer os espaços e a valorizar os objetos e as reflexões dos orientandos. Trabalhou com seus alunos diversos objetos de pesquisa, que tiveram em comum a abordagem da questão nacional na História e a relação entre cultura e imaginário nacional.

Até março de 1997, Afonso havia orientado dezoito dissertações de mestrado e duas de doutorado, todas defendidas e aprovadas, e orientava naquela oportunidade oito teses de doutoramento e sete de mestrado.

Destacou em seu Memorial as primeiras dissertações defendidas sob sua orientação. Sua atuação como orientador de dissertações de mestrado teve início na UFF. A primeira a ser defendida, em 1986, por Alcione Fernandes Baptista, propunha uma avaliação crítica dos estudos brasileiros de folclore, realizados entre 1945 e 1964, e intitulou-se *O povo capturado na apreensão do Brasil*. Dois outros estudos viriam a ser defendidos, em 1988 e 1990, e foram

frutos diretos dos primeiros cursos que ministrou na pós-graduação da UFF. Ambos abordaram a construção do imaginário nacional a partir de instituições, do século XIX, que correspondiam ao projeto de construção da nação. José Neves Bittencourt estudou a questão na Academia Imperial de Belas Artes. E Heloisa Bertol Domingues trabalhou com a noção de civilização e com a leitura etnográfica da produção dos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Na UFRJ o primeiro aluno a defender o mestrado, em 1990, sob a sua orientação, seria Paulo Knauss de Mendonça, que reputava como um de seus alunos mais brilhantes na graduação da UFF e que o acompanharia, quando de sua transferência para o Largo de São Francisco. Paulo Knauss, que se tornaria professor no Departamento de História da UFF e Diretor do Arquivo Público do Estado, defendeu a dissertação intitulada *O combate pelo fato*, sobre a França Antártica, que logo seria transformada em livro.

A questão nacional retornaria na dissertação de vários outros trabalhos, como o de Carlos Manuel Mendes Almeida, aluno caboverdiano, que estudou a relação entre o Estado brasileiro e a independência da África portuguesa, num trabalho intitulado *Da ambigüidade ao pragmatismo*. Especificamente sobre o imaginário da construção nacional em Sílvio Romero, orientou a dissertação de Maria Aparecida Mota, além de aluna, sua estimada colaboradora.

Dirigiu também os trabalhos de Paulo Cavalcante sobre a memória bandeirante, o de Luiz Otávio Rodrigues da Costa, sobre Aluísio Azevedo, de Wolney Malafaia, sobre o Cinema na ditadura, e o de Antônio Cícero Cassiano Sousa, sobre nacionalismo.

Acerca do período colonial brasileiro, orientou mais cinco outras pesquisas; entre elas a de Marcus Alexandre Motta e Anita Correia Lima de Almeida que, além do mestrado, viriam a desenvolver, sob sua direção, trabalhos doutorais; e as de Ângela Maia, Daniela Calainho, Marcia Bonnet.

Orientou, ainda, na temática urbana, as dissertações de: Margareth da Silva, sobre vadiagem, Dilma Cabral, sobre a cidade nos textos da Academia Imperial de Medicina, e Carlos Kessel, sobre a administração do Prefeito Carlos Sampaio.

Dos trabalhos em andamento, a maioria foi concluída com sucesso, como o de Leila Menezes Duarte, sua antiga colega de graduação, e o de Jessie Jane Vieira de Souza, publicado sob o título *Círculos operários*.

## O HISTORIADOR NA ADMINISTRAÇÃO DA CULTURA

A relação de Afonso com a cidade do Rio de Janeiro merecia um estudo à parte. Sentia-se um carioca machadiano, tanto pela familiaridade com a obra de Machado de Assis, como pelo fato de que este nunca ultrapassava as fronteiras da Província. Como não viajava nos primeiros tempos, a literatura foi, por muitos anos, a sua forma de conhecer o país e o mundo. Lia intensamente, principalmente os escritores que tiveram o Rio de Janeiro e sua sociedade como tema – Lima Barreto, João do Rio e Marques Rebelo. Era crescente o seu interesse pela história da cidade e a militância político-cultural nos órgãos públicos o aproximava cada vez mais de seu tema de eleição.

Em 1973, último ano da graduação no IFCS, prestou concurso para o magistério público. Após rápida passagem pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, se transferiu para a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do município do Rio de Janeiro.

A partir daí dedicou boa parte do tempo ao campo da arquivística e à pesquisa institucional. Essas atividades, juntamente com a atuação no mundo acadêmico, levaram-no a abandonar o ensino médio ainda no início da carreira.

Em 1976 tornou-se uma espécie de coordenador de pesquisa, formando um núcleo mais ligado ao Arquivo que ao Patrimônio. Participou do grupo de trabalho que elaborou o programa do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, procurando criar as condições adequadas para o atendimento aos pesquisadores e também permitindo que a instituição pudesse ser tomada como um centro de referência para os interessados na história da cidade. E esteve à frente das reivindicações para a recriação do órgão executivo do patrimônio cultural do município, extinto em 1979.

O prédio do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro foi inaugurado em março de 1979 e Afonso passou a exercer, em primeira ocupação, a Chefia do Serviço de Apoio Cultural do novo órgão.

Entre março de 1979 e março de 1983, dedicou-se intensamente às atividades do Arquivo, coordenando os estudos e pesquisas, as exposições e as atividades de difusão cultural da instituição. Foram tempos de grande produtividade, quando também participou da direção nacional da Associação dos Arquivistas Brasileiros e reuniu no Arquivo Geral uma equipe de professores e pesquisadores, sugerindo e incentivando várias dissertações de mestrado sobre a história urbana do Rio de Janeiro.

Afonso atraiu para o Arquivo Geral a atenção de inúmeros pesquisadores universitários, que passaram a participar das atividades culturais do órgão. Abriu-o para diversas manifestações, como a música popular e as artes plásticas. Promoveu a reunião de pesquisadores da música e das tradições populares e pesquisadores da cultura negra no Brasil, conseguindo aglutinar os vários grupos e entidades culturais na luta contra o racismo e a discriminação. O Arquivo Geral da Cidade, na sua gestão no setor cultural, foi a primeira entidade pública do Rio de Janeiro a se abrir para o movimento negro.

Como desdobramento de sua atuação à frente do Serviço de Apoio Cultural do Arquivo Geral da Cidade, foi convidado e assumiu a direção do Departamento Geral de Cultura da cidade do Rio de Janeiro, ao qual o Arquivo estava subordinado. Concomitantemente, tornou-se membro do Conselho Estadual de Cultura e Conselheiro do Patrimônio Cultural do Município.

Era ampla a ação administrativa do Departamento de Cultura, que tinha sob sua coordenação o Arquivo, o Planetário, o Centro de Artes Calouste Gulbenkian, os Centros Culturais da Saúde e de Santa Teresa e a rede pública de bibliotecas de bairro – num total de vinte –, além da responsabilidade sobre a ação cultural na rede pública de ensino, o apoio e a dinamização da educação artística.

Promoveu programas culturais nas praças públicas e a organização de festas oficiais, como a da fundação da cidade, tradição por ele retomada, e a do Dia Nacional da Cultura, entre outros eventos, onde a celebração cívica dava espaço ao exercício das artes e ao debate cultural. Realizou inúmeros projetos culturais voltados para a difusão da música brasileira, recuperando o projeto “Palco sobre Rodas” e organizando os “domingos cariocas” nas praças das cidades. Promoveu e apoiou a educação artística nas escolas públicas do município, realizando seminários e cursos de atualização. Organizou o Departamento Geral para vir a se constituir na futura Secretaria Municipal de Cultura.

Sua gestão marcou época na história das políticas culturais do Rio de Janeiro, quando as instituições federais não organizavam esse tipo de atividade, não existiam os Centros Culturais do centro da cidade e os museus atuavam numa orientação muito conservadora. A movimentação na área da cultura era enorme, somente comparável à dos tempos do ISEB, no pré-1964.

O cargo de diretor do Departamento Geral de Cultura foi exercido no período de abril de 1983 a maio de 1986, permanecendo, a partir daí, como

consultor da direção do Arquivo Geral da Cidade. No final da década, exerceu a direção geral do Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, voltando a ter sob sua responsabilidade o Arquivo Geral da Cidade, a rede de bibliotecas públicas e o organismo responsável pela editoração da Biblioteca Carioca, coleção de livros que criara na primeira gestão.

Em sua atuação na área cultural, valorizava o fato de ter idealizado e organizado a Biblioteca Carioca, coleção que continuou a ser editada nas administrações posteriores, independente de orientação partidária. A idéia original era dotar o Rio de Janeiro de uma coletânea de obras que tivessem a cidade como objeto e que expressassem a sua experiência histórica e cultural. Assim foram reunidas obras clássicas de difícil acesso, textos literários exemplares na caracterização da vida social e trabalhos inéditos, principalmente de procedência universitária, como teses, dissertações e monografias. Tratava-se de criar uma coletânea que se constituísse numa referência para os estudiosos da cidade, mas também uma forma de divulgar para o público culto em geral o conhecimento científico e a criação artístico-literária sobre o Rio de Janeiro.

Procurava transformar a paixão e o encantamento que sentia pela cidade em reflexão e estudos sobre a história do Rio. Considerava-se, sem falsa modéstia, o responsável, na virada dos anos 1970 para 1980, pela onda de pesquisas sobre o Rio de Janeiro, que percorreu os programas de pós-graduação em História.

As exposições que realizou no Arquivo da Cidade chamaram atenção para o valor e extensão da documentação existente acerca dos planos e reformas urbanas da antiga capital do Império e da República. As exposições eram acompanhadas de catálogos, mesmo que artesanais face aos poucos recursos de então, e de ciclo de palestras, onde os professores universitários eram convidados a falar de suas pesquisas para um público mais amplo.

De sua passagem pela administração do Rio de Janeiro, permaneceu o interesse na reflexão, sempre retomada, sobre o papel civilizatório do Estado, num país como o Brasil, no campo da cultura e da educação. Sua experiência neste espaço profissional, muitas vezes, se transformou em matéria de elaboração teórica. As batalhas travadas na defesa da preservação do patrimônio cultural, por exemplo, influenciaram os seus estudos sobre a cidade, estudos que o levaram a dialogar com o urbanismo e com a história da arte e a estudar a história do direito administrativo no Brasil, para enfrentar a batalha conceitual com os outros setores da administração pública. Estas experiên-

cias levaram-no, também, a investigar o problema da memória social e da construção dos marcos identitários entre nós.

A experiência acumulada nas diferentes instituições onde atuou como gestor cultural, nos últimos anos da sua vida, foi posta a serviço do Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que coordenou no período 1998-2002.

Seu mandato manteve a prestigiosa programação científica e cultural que caracterizava aquele espaço da Praia Vermelha, mas inovou organizando, regularmente, intensa programação de cursos abertos à comunidade em geral. Os preços simbólicos das inscrições criavam a possibilidade de acesso a todos os interessados. Afonso reconhecia nestas atividades o mecanismo privilegiado para promover a socialização do conhecimento produzido na universidade.

Tão marcante foi essa experiência que, após a sua morte em 2 de maio de 2004, sua mãe, Dona Ibéria da Silva Santos, atendendo a desejo do filho, doou à UFRJ, para ser mantida no Fórum de Ciência e Cultura, a Biblioteca de Afonso, seu maior patrimônio material.<sup>8</sup>

<sup>8</sup> A Coleção acha-se disponível na base de dados [www.minerva.ufjf.br](http://www.minerva.ufjf.br)

## **A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH**

A ANPUH, fundada em 1961, constituía-se na mais representativa entidade da área de História no campo do ensino e da pesquisa universitária. Até a década de 1980, a participação dos fluminenses e cariocas dava-se de maneira espontânea e individualizada, o que impedia que o Rio tivesse, como conjunto, expressão na organização nacional.

No primeiro semestre de 1986, quando deixava a direção do Departamento Geral de Cultura, Afonso foi eleito presidente do Núcleo Regional de História da ANPUH, Associação Nacional dos Professores Universitários de História, com o compromisso de reativar o núcleo e inserir o Rio de Janeiro, de forma organizada, na dinâmica dos simpósios nacionais. Na sua gestão à frente do Núcleo Regional, foi responsável pela organização de dois encontros, um na UFF e outro na UFRJ.

A atuação no Núcleo do Rio e a ampliação da participação carioca e fluminense nos simpósios nacionais levaram-no a integrar a diretoria nacional da ANPUH, na qualidade de secretário-geral, em 1987.



No Simpósio de Belém, em 1989, chegou ao cargo de Vice-Presidente, com a responsabilidade de organizar o próximo encontro nacional, que se realizaria no Rio de Janeiro em 1991, na UERJ, quando foi eleito Presidente Nacional. O mandato seria exercido até o novo simpósio, na USP, em 1993, com o tema central “História e Utopias”. Aí fez a primeira conferência sobre o tema “O Brasil como utopia”, inaugurando uma nova tradição na ANPUH, a de que os temas centrais dos simpósios bianuais passassem a ser abordados pelo presidente da entidade, que assumiria também a responsabilidade de uma representação mais acadêmica da área ao introduzir o tema de cada encontro.

Os seis anos na diretoria nacional da ANPUH permitiram que desenvolvesse uma visão abrangente dos problemas da pesquisa e do ensino de História em todo o país. Pelo menos no país possível, dada a diversidade e pluralidade de experiências no território nacional. Ao sair da presidência, em 1993, ainda permaneceria, por dois anos, no Conselho Editorial da *Revista Brasileira de História*.

Nos tempos em que estive nessas funções, tomou corpo na ANPUH a idéia de que a entidade, que se abriu para todos os profissionais da área, deveria liderar o debate e o tratamento das questões relativas ao desenvolvimento da pós-graduação no Brasil. A ANPUH, que passou a se denominar Associação Nacional de História, reuniu a partir desse momento os coordenadores de todos os programas, criando o Fórum Nacional dos Coordenadores de Pós-Graduação em História – que viria a dar maior força e visibilidade à área de História, nomeadamente junto aos organismos oficiais de fomento e apoio à pesquisa e à pós-graduação. O Fórum também passou a dar mais representatividade e respaldo às indicações na área do CNPq e CAPES.

## **OS ELOS ENTRE O PERCURSO NO OFÍCIO E A HISTÓRIA**

Afonso pertenceu a uma geração que acreditava no coletivo e nas lutas para a transformação do mundo, na capacidade de influir sobre a realidade.

Passou a infância nos anos 1950, tempo de nacionalismo, de orgulho do Brasil e de muita esperança no país. O Brasil não era uma entidade distante e abstrata, mas um mundo mágico e feliz, cheio de sons e imagens, onde estava mergulhado e se sentia um dos seus. A condição de brasileiro era um valor positivo e havia um profundo amor pelas coisas brasileiras, que estavam presentes em toda parte.

Ele dedicava particular atenção ao estudo da cidade do Rio e, nos últimos anos da sua vida, delineou uma pesquisa tendo como hipótese central a concepção de que a capital do Império e da República funcionou como laboratório da civilização, o que a tornava um objeto especial para o aprofundamento do tema da questão nacional no Brasil.

Tinha consciência de que, em sua trajetória profissional, não publicou textos na mesma medida em que leu, estudou, deu aulas e fez conferências, cujos conteúdos eram sempre resultados de investigações próprias e originais. Sabia que, para escrever, seria necessário recusar os permanentes convites para ocupar funções de caráter gerencial e administrativo ou mesmo para o exercício da militância político-cultural.

Não chegou a ter uma filiação regular a partidos políticos e, compreensivelmente, apoiou a volta dos trabalhistas no início da década de 1980. Afonso e Maria Yedda Linhares foram os únicos historiadores fluminenses a assinar o Manifesto dos Intelectuais de apoio a Leonel Brizola. E os dois professores participaram expressivamente das reformas educacionais e culturais no Estado do Rio de Janeiro, naquele momento.

O percurso de Afonso demonstrou a opção pela vida universitária como o lugar da utopia. Com aulas e orientações de teses teve, como poucos, importância na formação de quadros qualificados para a pesquisa e o ensino.

Possuía inclinação para as ciências humanas em geral, e sua sensibilidade para as coisas do passado aproximou-o do curso de História, no qual combinou a escolha existencial com uma construção intelectual rigorosa.

A partir da formação de historiador, transitou pelas instituições e projetos na área da cultura, fosse na guarda do patrimônio documental da cidade, fosse no mundo acadêmico, onde teceu instigantes cruzamentos entre história, política e cultura, no tratamento do seu principal objeto de estudo – a questão nacional.

E o menino apaixonado pelo Rio de Janeiro e pelo Brasil que, desde cedo, era levado pelo avô a conhecer os museus e sítios históricos do Rio, tornou-se Chefe do Serviço do Apoio Cultural do Arquivo Geral, Diretor do Departamento Geral de Cultura da Cidade, Diretor-Cultural na UERJ, Professor Titular e Coordenador do Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

## **RESUMO**

O memorial apresentado pelo historiador, no concurso para Professor Titular de Metodologia do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), constitui-se na fonte primordial deste texto. A redação na terceira pessoa já é suficientemente instigante, quando se propunha exercitar, sob a melhor orientação de Pierre Nora, a ego-história.

A autora destaca, entre outras dimensões da personagem, a do historiador, professor, administrador cultural, mas considera a sua paixão pela cidade do Rio de Janeiro e sobretudo seu sentimento de “brasileiro à antiga” os dados estruturantes de sua personalidade e que deram coerência à sua vida.

## **ABSTRACT**

The memorial presented by the Historian, at the official exam for full professor of Methodology of the History Department of Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) is the main source of this text. Writing on the third person is already rather provocative, when it proposes to practice, under the best orientation of Pierre Nora, the ego-history.

The author points out, among other dimensions of the character, the historian, the professor, the cultural administrator, but his passion for the city of Rio de Janeiro is taken into consideration, specially his feeling of being an “old-fashioned Brazilian” and are the structural traces of his personality that brought a sense of coherence to his life.

